

Conversando sobre gênero com o material didático *Casas e coisas* do Museu do Ipiranga

Talking about gender with the teaching material Houses and things from the Ipiranga Museum

Recebido em: 29/08/2023

Aprovado em: 04/04/2024

Mayra Carvalho Ferreira de França

Siele Cristine Barbosa

[Sobre os autores >>](#)

RESUMO

Neste artigo analisamos o material didático da exposição *Casas e coisas* (2022) do Museu do Ipiranga da Universidade de São Paulo (USP), que apresenta questões a respeito da construção social de gêneros a partir do estudo da cultura material. Buscaremos no livreto subsídios pedagógicos para a tratativa da construção das identidades de gênero sob uma perspectiva interseccional, ou seja, que considera diferentes marcadores sociais como elementos constitutivos dessas identidades, tais como raça, classe, territorialidade e sexualidade. Para além dessa busca, nosso objetivo é, assim como o material didático nos propõe, observar, coletar, fazer perguntas e, a partir do referencial dado, nos apropriar dele para fazer novas elaborações. Nosso objetivo então se faz quando partimos de lugares para além da matriz cis-heteronormativa - que tem a binariedade homem-mulher/masculino-feminino. Aqui, o exercício é partir desse material para deslocar o olhar para outras vivências e identidades a fim de desnaturalizar o passado e o presente.

Palavras-chave: Material didático; Museu do Ipiranga; performances de gênero; educação museal.

ABSTRACT

In this article we analyze the educational material *Houses and things* (2022) published by Museu do Ipiranga at the University of São Paulo, that presents questions regarding the social construction of genres based on the study of material culture. We will seek pedagogical support in the booklet for dealing with the construction of gender identities from an intersectional perspective, that is, one that considers different social markers as constitutive elements of these identities, such as race, class, territoriality and sexuality. In addition to this search, our objective is, just as the teaching material proposes, to observe, collect, ask questions and, based on the given reference, appropriate it to make new elaborations. Our objective is then achieved when we start from places beyond the cisheteronormative matrix - which has the man-woman/masculine-feminine binary. Here, the exercise is to use this material to shift our gaze to other experiences and identities in order to denaturalize the past and present.

Keywords: Educational material; Museu do Ipiranga; Gender performances; Museum education.



Introdução

Este artigo é produto das observações e vivências das autoras como participantes do Programa de Iniciação e Aperfeiçoamento na Docência em Línguas: Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação em Museus da Universidade de São Paulo (Proiad), bem como das reflexões promovidas pela formação “Preservando e difundindo Memórias LGBTQIA+”, realizada em junho de 2023 de forma *online*.¹ Como monitoras do Proiad, atuamos em diferentes frentes da Educação Patrimonial em dois museus estatutários da USP – Museu Paulista e Museu de Zoologia – e nas frentes de monitoria e contato direto com os públicos visitantes e análise de material didático.²

O contato com a estrutura da universidade, assim como com os públicos e materiais dos museus em questão, nos mostrou as diversas dificuldades presentes nos processos de educação museal, sobretudo naqueles derivados dos desencontros entre as expectativas das instituições – relacionadas com a qualidade, inteligibilidade e veracidade das informações que divulga por meio de seus acervos – e dos públicos – geralmente relacionadas com demandas de memórias afetivas. E, quando falamos do Museu do Ipiranga, com as construções da memória nacional fortemente marcadas por uma identidade paulista calcada no bandeirantismo.

Por alguns meses compartilhamos a vivência dos quadros sempre diminutos do setor educativo e os diferentes obstáculos institucionais enfrentados para concretização de seus desejos de mudança e até mesmo para a execução de suas atividades cotidianas. São questões comuns à maioria dos museus brasileiros: dificuldades orçamentárias, entraves burocráticos e uma estrutura

¹ Mayra França participou dessa formação ministrada por Tony Boita, idealizador e editor da *Revista Memórias LGBTQIA+*.

² Mayra França participou do programa, entre os meses de outubro de 2022 e março de 2023, no Museu do Ipiranga da USP, e Siele Barbosa, entre outubro de 2022 e agosto de 2023, no Museu de Zoologia da USP.

institucional rígida que, por vezes, engessa o desenvolvimento dos organismos vivos que devem ser os museus, apesar do voluntarismo e dedicação de seus quadros funcionais qualificados.³



Figura 1. Formação do PROIAD no Museu do Ipiranga.
Fotografia: Mayra Carvalho França, 2022.

Partindo desse cenário, e também do entendimento da origem cis-heteronormativa dos museus brasileiros,⁴ utilizaremos o material didático da exposição *Casas e coisas* (2022)⁵ do atual Museu do Ipiranga (MI) - *rebranding* do Museu Paulista da Universidade de São Paulo - para analisar os discursos elaborados a partir de referências culturais relacionadas a marcadores de gênero e discutir a permanência de perspectivas cis-heteronormativas nessas

³ Cenário descrito, entre outros, por Chauí. A autora aponta que a estrutura burocrática de uma universidade como a USP muitas vezes dificulta o trabalho dos quadros funcionais de diversos setores, independentemente de seu tamanho e/ou qualificação. Ver: CHAUI, Mari-lena. *A ideologia da competência*. São Paulo: Autêntica, 2014.

⁴ BAPTISTA, Jean Tiago et al. Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada *queer* interseccional e decolonial (texto base para o dossiê “Memória, Museologia LGBTQIA+ e Museus Nacionais”). *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-20, 2023.

⁵ ARRUDA, Isabela Ribeiro de et al. (org.). *Material para professores: Casas e coisas*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 2022.

elaborações. Enquanto educadoras e público-alvo desse material, buscaremos no livreto subsídios pedagógicos para a tratativa da construção das identidades de gênero sob uma perspectiva interseccional; ou seja, que considera diferentes marcadores sociais como elementos constitutivos dessas identidades, tais como raça, classe, territorialidade e sexualidade.

Ao trazer nossas experiências, propomos um diálogo com esse material a partir de nossas próprias construções e desconstruções – o que implica o reconhecimento da perecibilidade dessa fala por sua capacidade de reelaboração – e também tendo em vista os esforços dos museus estatutários da Universidade de São Paulo em perseguir o ideal inclusivo do qual se propõem como signatários.⁶ Assim, propomos que nossa leitura se constitua em um exercício dialógico que argumenta em favor dos museus como espaços que guardam objetos do passado, mas servem também para a reelaboração da vida no presente, uma mudança em curso que precisa ser intensificada.

Comentários sobre materiais didáticos para professores

Os discursos produzidos por museus são discursos políticos elaborados academicamente e que têm por objetivo educar, informar e, principalmente, estabelecer relações e diálogos. Como explica Marília Cury,⁷ as exposições são espaços nos quais o discurso da instituição encontra os discursos de quem visita o museu e desse encontro surgem novas elaborações. Assim, não há um vetor unilate-

⁶ ABELEIRA, Denise Cristina Carminatti Peixoto; ARRUDA, Isabela Ribeiro de. Museu fechado, caminhos abertos. Ações educativas durante o fechamento do Museu do Ipiranga. In: TOJO, Joselaine Mendes; AMARAL, Lilian Amaral (org.). *Rede de redes: diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil*. São Paulo: Sisem-SP, 2018. p. 69-77. *E-book*; EM PARCERIA com o Museu do Ipiranga, o Sesc Ipiranga promove ações no Parque da Independência e no Jardim Francês. Sesc São Paulo, 1 set. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/ytaf4bm2>; SILVA, Maurício André da. Formação de novas gerações nos museus universitários: O papel do educativo do MAE-USP. *Revista CPC*, v. 15, ed. 30E, p. 294-320, ago./dez. 2020.

⁷ CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 3, p. 69-90, nov. 2006/abr. 2007.

ral que põe o museu como emissor de uma mensagem e os públicos como receptor; há uma relação comunicacional que se dá no espaço expositivo, mas que também se dá por meio dos outros materiais que a instituição oferece, sendo o material didático um deles.

De forma geral, os materiais didáticos de um museu – materiais textuais, gráficos, táteis, audiovisuais, lúdicos – e todos aqueles que são elaborados como suporte para a educação museal – procuram atender a uma exposição (textual, como o que analisamos), a um determinado público (como os materiais táteis) ou a uma temática específica, como um evento histórico, questão social e assim por diante. Quando falamos de textuais, seu caráter usualmente diminuto não permite sempre o aprofundamento nas abordagens, o que para nós não denota simplificação ou superficialidade. A constante nos materiais didáticos de museus é a educação por meio das referências culturais que esse museu detém.

Idealmente, o material didático de museus funciona como um guia para os educadores, de espaços escolares ou não, desenvolverem atividades em classe após uma visita e/ou programarem roteiros ou abordagens específicas durante a visita ao museu. O que significa que esses materiais circulam por diferentes ambientes e que não têm um único objetivo de aprendizagem, característica que por vezes confere a esse material uma abrangência generalizante ou uma especificidade prescindível.

Muitas vezes são também o primeiro contato dos educadores com o acervo de um museu, fator que demanda que esses materiais tenham uma composição gráfica funcional, intuitiva e convidativa. Por serem um guia, seu uso implica a disponibilidade de tempo dos educadores que desejarem aprofundar os temas que esse material trabalha, de forma que as referências são de extrema importância para tal desenvolvimento. Muitos materiais, inclusive, trazem sugestões de roteiros de atividades pedagógicas, uma manifestação da ligação dos museus com ambientes escolares.

Da mesma forma que os materiais didáticos escolares, os materiais educativos dos museus são produtos culturais;⁸ estão

⁸ BITTENCOURT, Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

inseridos nas dinâmicas de poder social que se dão no cotidiano em seus diferentes campos – científicos, afetivos, de trabalho, acadêmicos, vizinhança etc. – e carrega marcas dessas relações de poder, inclusive as da própria instituição que o produz. Assim como as do tempo histórico em que são produzidos, característica analisável pelas teorias articuladas, pela linguagem e até pela composição gráfica.

Ainda que formulados em espaços não escolares, muitos dos materiais didáticos dos museus seguem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as premissas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e até os currículos estaduais e municipais dela derivados. É importante lembrar que esses documentos são constituídos a partir do Ministério da Educação e que este firma acordos com instituições internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que integram aos currículos os objetivos de um desenvolvimento sustentável – em uma lógica social-democrata de produtividade – e os de uma educação para os direitos humanos, estes carregados de um universalismo eurocentrado.

Desse modo, é imprescindível fazer sempre a análise – e seu aprofundamento – de qualquer material didático a ser utilizado num contexto educativo, pois corremos o risco de reproduzir discursos hegemônicos mesmo quando procuramos contestar essa hegemonia. Rosana Medeiros de Oliveira e Debora Diniz,⁹ por exemplo, analisaram 67 livros e 25 dicionários distribuídos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e 88 programas da TV Escola e constataram que “o gênero é tratado como um fato corporal anterior à socialização e a qualquer ordem social”,¹⁰ e que a heterossexualidade é a matriz normativa das representações de relações sexuais e afetivas nessas peças, fato que observamos também no material didático aqui analisado. Segundo as autoras:

⁹ DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/3cp9ju6t>. Acesso em: 15 ago. 2023.

¹⁰ *Ibid.*, p. 244.

A retórica pedagógica dos livros didáticos e dos audiovisuais do MEC repete a estrutura de poder heteronormativa que ordena o espaço público. A esfera pública dos livros didáticos e da TV pedagógica do Estado afirma a heterossexualidade como local comum e público. Assim, o Estado, por meio dos materiais didáticos que distribui e disponibiliza, garante o direito à publicização e pedagogização da heterossexualidade na escola pública. As vidas não heterossexuais (e não heteronormativas) estão excluídas da cena pública dos livros didáticos e dos audiovisuais da TV Escola, sendo relegadas ao silêncio e à privatização de suas existências. O marco epistêmico heteronormativo desses materiais retira as vidas fora da lei do gênero do campo de existências possíveis, públicas e legítimas. Essa ordem epistêmica constrói os limites do pensável e do enunciável em um universo que marginaliza as vidas fora da heteronorma. Além disso, nesses materiais, a heteronorma apresenta-se tramada em discursos naturalizantes e psicologizantes, despolitizando o campo das questões de gênero e sexualidade.¹¹

Assim, a partir da concepção do museu como processo,¹² compreendemos que os museus articulam, ou deveriam articular, demandas sociais contemporâneas ao estudo e comunicação de seus acervos, o que pede, portanto, autocrítica aos próprios discursos que produzem. Procurar a presença de representações LGBTQIA+ nos museus – e discutir sua ausência – é trabalhar a serviço da educação pela igualdade,¹³ reconhecendo nossas próprias limitações para poder transgredi-las. Para tanto, é preciso partir da premissa que os objetos do passado não servem apenas para testemunhar como foi ou ainda é, mas para fomentar a construção daquilo que ainda não tem lugar.

¹¹ *Ibid.*, p. 246.

¹² SCHEINER, Tereza Cristina. O museu como processo. In: BITTENCOURT, José Neves. *Cadernos de diretrizes museológicas: mediação em museu: curadorias, exposições, ação educativa*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Superintendência de Museus, 2008. v. 2.

¹³ PRIMO, Judite Santos. A Museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, p. 87-93, 2006; HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

No mesmo sentido, é reconhecer que nossa sociedade é patriarcal, racista, machista¹⁴ e LGBTQIA+fóbica,¹⁵ o que gera marcas muitas vezes indelévels em nossos produtos de cultura e, conseqüentemente, em nossos sistemas educacionais,¹⁶ dos quais os museus fazem parte.

Os grupos LGBTQIA+ não podem ser mais a diferença invisível presente em um mês específico do ano ou apenas como contraponto a um discurso uníssono dominante. “Articular a relação entre a memória LGBT com museus e o patrimônio é, antes de tudo, uma ação cidadã interessada em colaborar na superação de fobias à diversidade sexual impregnadas na cultura nacional”.¹⁷

O reconhecimento de memórias LGBT nos museus brasileiros importa porque a produção cultural da sociedade brasileira é historicamente marcada pela exclusão dessas pessoas que, por sobrevivência e resistência, arquitetaram nichos próprios de produção, circulação e consumo culturais; que criaram novas possibilidades de ser e estar no mundo, para além dos estereótipos de crime, perversão, doença, culpa, pecado, violência e chacota inerentes às representações LGBT no *mainstream*. Exemplos simples desses estereótipos estão no homossexual afeminado ou na lésbica masculinizada, arremedos de gênero que propagam o preconceito e a incapacidade de imaginar outras *performances* que não tenham como matrizes o masculino/hétero/homem cis e o feminino/hétero/mulher cis.

Trabalhar para a desconstrução desses estereótipos e para o reconhecimento dessas identidades dissidentes não é uma ação que

¹⁴ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública – 2022*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>. Acesso em: 16 ago. 2023.

¹⁵ BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. *Dados abertos do Disque 100 sobre denúncias de violação de direitos humanos contra a população LGBTQIA+*. Brasília: Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3h6h9y9d>. Acesso em: 16 ago. 2023.

¹⁶ ALFANO, Bruno. Projetos nas escolas públicas contra racismo, machismo e homofobia caem ao pior patamar em 10 anos, aponta levantamento. *O Globo*, 25 jul. 2023. Educação. Online. Disponível em: <https://tinyurl.com/4w6xr2ns>. Acesso em: 15 ago. 2023; BRASIL. Ministério da Educação. *Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar*. Brasília: FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009.

¹⁷ BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, n. 5, p. 108-119, set. 2017. p. 111.

incide apenas nas subjetividades, mas que, principalmente, precisa ter resultados concretos de inclusão social e superação da violência socialmente aceita contra esses corpos. É, por fim, uma ação que implica o uso da interseccionalidade como eixo de compreensão e desenvolvimento de “mecanismos para usar a diferença humana como um trampolim para uma mudança criativa em nossa vida”.¹⁸

Como Paulo Freire mostra tão bem em *Pedagogia do oprimido*, o verdadeiro foco da mudança revolucionária nunca está simplesmente nas situações opressivas das quais buscamos fugir, mas sim naquele pedaço do opressor que está plantado em cada um de nós, e que só conhece as táticas do opressor, as relações do opressor.¹⁹

Casas e coisas: a exposição

A exposição é produto da tese de doutorado de Vânia Carneiro Carvalho, publicada no livro *Gênero e artefato*,²⁰ e ocupa a ala oeste do edifício (cerca de seis salas do museu). Seus painéis expositivos questionam como diferentes objetos são mobilizados na construção e execução dos papéis de gênero, tendo como ponto de referência homens e mulheres cisgêneros. Seções como “Entre flores e animais”, “Objetos femininos?”, “Cenas de cortesia”, “Ferros de passar” e “As coisas de meu pai” reúnem dezenas de objetos que formam a linha do tempo do desenvolvimento tecnológico de objetos – como ferros de passar e batedeiras elétricas, por exemplo – e contam a história dos diferentes aparatos utilizados ao longo do tempo para atender as demandas dos papéis de gênero no começo do século XX.

De modo geral, a exposição procura também sublinhar a historicidade do cotidiano ao promover objetos do cotidiano – peças de crochê, colheres de pau, jarros de plástico – como peças de museu,

¹⁸ LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 240.

¹⁹ *Ibid.*, p. 249.

²⁰ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp, 2021.

inclusive jogando com as expectativas dos públicos sobre o que merece ser guardado ou não.

Encaixadas nos painéis ao longo da exposição encontram-se telas, denominadas “Contrapontos”. Nelas são transmitidos vídeos curtos – os quais podem ser ouvidos com fones ou lidos por meio de Libras e/ou legendas – que trazem outras perspectivas sobre as identidades de gênero e sexual, homossexuais e transexuais, e sobre as normativas sociais acerca dos papéis, tais como as cores de roupas para bebê.

A exposição Casas e coisas faz parte do eixo “Para entender a sociedade”. Ela integra outras exposições da casa que, explicando sumariamente, trata da construção histórica das relações de poder marcadas por gênero, raça e classe, e também da construção dos bandeirantes como heróis nacionais, por exemplo.

Ao longo do tempo passado no museu, seja dentro do Proiad seja em visitas espontâneas particulares, foi observado que a exposição Casas e coisas é uma das mais frequentadas e na qual o público passa bastante tempo olhando as peças e compartilhando histórias entre si e com a monitoria, quando disponível.

Seu sucesso se deve tanto pela quantidade e disposição do acervo que joga com as memórias afetivas do público quanto pelo rigor acadêmico na contextualização das peças e na promoção de discussões para além do gênero, pois também estão presentes as discussões sobre raça e classe que perpassam o trabalho doméstico, por exemplo.

No entanto, notamos que as seções dos “Contrapontos”, ainda que essenciais, têm baixa aderência se comparadas às vitrines. Não é todo público que se dispõe a ver um vídeo – ainda que de poucos minutos. A questão da atenção anda junto com a flexibilidade em estar disponível também para novas ideias. Ainda que nosso objetivo seja a análise do material didático, ficamos com o questionamento sobre o quão efetivo seria o deslocamento dos “Contrapontos” para áreas de maior destaque na exposição ou até mesmo a elaboração de uma vitrine dedicada a tais contestações, uma vez

que os vídeos atingem sobretudo quem já convive com esse tipo de contraponto no cotidiano.²¹



Figura 2. Fotografia de uma das salas da exposição Casas e coisas.
Fotografia: Mayra Carvalho França, 2022.

Casas e coisas – o material educativo

O material para educadores *Casas e coisas* é dividido em seções que independem das seções da exposição, mas se articula com seus conteúdos. É disponibilizado *online* em um documento PDF de 24 páginas.²² A publicação tem uma diagramação esteticamente agradável, com cores que conversam com a identidade visual da instituição e da exposição, sem interferir na legibilidade.

²¹ Ainda que reconheçamos que tais informações não têm valor científico, ressaltamos que essa observação empírica pode se relacionar tanto com a resistência do público diante do tema quanto pela baixa aderência à linguagem audiovisual empregada, o que deve ser constatado propriamente analisando os “Contrapontos” das outras exposições. Sobre o uso de tecnologias expográficas, ver, entre outros: FIGUEIREDO, Renata Dias de Gouvêa de. *Expo-grafia contemporânea no Brasil: a sedução das exposições cenográficas*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Acesso em: 22 set. 2022.

²² Disponível em: <https://tinyurl.com/cubpkata>. Acesso em: 15 ago. 2023.



Figura 3. Capa do livreto Casas e coisas, 2022.
Fonte: ARRUDA et al., op. cit. Acesso em: 15 ago. 2023.

Com um formato muito próximo dos livros didáticos em circulação no país, o material traz caixas de diálogo nas quais são apontados questionamentos, referências e reflexões que procuram incitar quem o lê a conhecer outros itens do acervo, outras abordagens sobre a cultura material e sobre as relações de gênero e classe. O uso de itens do acervo do museu, tridimensionais e/ou documentais, é feito para ilustrar o texto, e não temos certeza se todos estão expostos ou se estão na reserva técnica.²³

A representação das práticas museológicas no material didático é uma possibilidade de representação/apresentação desses acervos, que extrapola o conteúdo apresentado no caderno educativo. O trabalho com as coleções, as suas organizações e os bastidores reservados ao trabalhador do museu – que o público não acessa – são possibilidades para o diálogo e a aproximação do museu com o público-leitor.

A história dos objetos e sua trajetória, dentro da instituição ou não, podem ser mobilizadas para que se compreenda suas diversas possibilidades de uso, contexto de produção e criação, informações que, ainda que breves, podem prover camadas de compreensão das dinâmicas de produção e consumo, e a eventual musealização de

²³ No momento da escrita do artigo, o banco de dados do acervo ainda não estava disponível *online*. Hoje a busca é facilitada, de modo que é possível buscarmos mais informações sobre os objetos com pesquisa simples por palavras-chave. Ver: <https://acervoonline.mp.usp.br/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

objetos do cotidiano. Para além das questões de contextualização histórica, há também a possibilidade de análise desses objetos por sua composição ou até estado de conservação, aspectos da prática museológica que conversam com as propostas de outras exposições da casa, como *Para entender o museu* e *Ciclo curatorial*, por exemplo.

De um modo geral, o discurso do material educativo do museu oferece uma abordagem sensível que busca ampliar o olhar de quem lê para a construção histórica dos gêneros. Porém, o faz por meio de uma matriz cis-heteronormativa, pois, mesmo que desnaturalize as expectativas sociais de papéis femininos e masculinos, não reconhece a existência de outras possibilidades de existências além dessa binariedade. O material a põe como o parâmetro de onde parte a análise, de modo que toda e qualquer identidade sexual e/ou de gênero é definida em relação a essa matriz que já é socialmente tida como natural.

O que os recentes estudos²⁴ sobre essas identidades propõem e, principalmente, o que a vivência de muitas pessoas já executa, é a desconstrução da própria matriz.

O Plano Diretor do Museu, documento que define as políticas de funcionamento da instituição, estipula sua missão institucional e os passos para cumpri-la, assume os ditos “papéis sexuais” como eixo de pesquisa e colecionismo.²⁵ Portanto, ainda que o museu não tenha objetos provenientes de coleções amparadas nas representações LGBTQIA+, o partido curatorial a partir do qual ele comunica seu acervo tem o poder de direcionar o olhar do público para essa questão, uma vez que toda interlocução é produzida a partir de um determinado recorte, como abordaremos a seguir, discutindo as seções do material didático.

²⁴ Entre outros, ver: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁵ VIEIRA, Leonardo da Silva. “Papéis sexuais” no acervo do Museu Paulista. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 149-169, abr. 2021.

O feminino e o masculino nos objetos de uso pessoal

A seção explica que a hierarquização social por meio do gênero não é uma divisão natural, mas construída historicamente e que:

Em nosso dia a dia não pensamos sobre os objetos, como eles são construídos, de quais materiais são feitos, porque temos preferência por determinadas cores em detrimento de outras. Nossa interação com os objetos é automática, e essas ações tornam-se inconscientes, o que reforça a sua percepção como algo natural. Vamos observar o infográfico. Você consegue distinguir os objetos que podem ser atribuídos socialmente às mulheres e aqueles atribuídos aos homens?²⁶

Ao longo de todo material são feitos convites como esse para a leitura de recursos gráficos que auxiliam a esquematização do que é abordado. Nesse caso, a pergunta poderia abranger outras identidades, ou até identidade nenhuma, questionando a centralidade do gênero e sexualidade para a construção das subjetividades. O infográfico supracitado divide os objetos em duas categorias, os femininos - adornos com motivos florais - e os masculinos, adornos com motivos de animais e transporte. De pronto pontuamos que o questionamento sobre a naturalização de nossa relação com os objetos tem de ser atravessado pelo questionamento acerca da binariedade da construção de gêneros. Podemos dizer que está implícito que outras identidades são possíveis, mas o que a Museologia LGBTQIA+ sublinha é justamente a urgência desses corpos estarem em evidência como forma de quebrar uma pretensa universalidade que, no fim, é excludente.

²⁶ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 2.



Figura 4. Caixa de interação com os leitores intitulada “Objetos de uso feminino e de uso masculino?”. Fonte: ARRUDA et al., op. cit., p. 2.

É interessante observar que a representação gráfica dos gêneros binários, indicados pelos símbolos de masculino e feminino, é interligada por um contorno externo em comum que, numa interpretação distendida, pode sugerir o compartilhamento de um mesmo universo representativo ou até a transitoriedade entre eles. Mas é apenas uma interpretação de um recurso gráfico que, entretanto, é sobreposta pela centralidade dos símbolos binários.

Mesmo que os brincos e outros adornos não tenham necessariamente sido utilizados senão por mulheres cis das classes média e alta, além da lógica binária cis-heteronormativa que produziu e circulou tais objetos para uso feminino, é possível demonstrar ao público como eles podem ser trabalhados para compor outros papéis sexuais e de gênero como forma de expressão pessoal, ou até mesmo artística, prática que encontra registro no Brasil ainda no período colonial.²⁷ É possível também, a exemplo do depoimento

²⁷ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

de uma mulher trabalhadora na seção “Moradias populares”,²⁸ trazer depoimentos de pessoas não binárias relatando a centralidade dos objetos para expressão de suas identidades não normativas e que, muitas vezes, são proibidas de utilizarem adornos que não condizem com seu gênero de nascimento, sexualidade, raça e até origem social.

Ao contrário de trazer outras leituras e possibilidades, volta-se constantemente para a abordagem da construção da binariedade masculino/feminino que é tratada também pela oposição entre racionalidade e natureza, flores e linhas retas, trabalho artesanal/doméstico e trabalho intelectual. Isso se dá, por exemplo, a partir da associação que se faz do uso das tecnologias por mulheres – o artesanato e os utensílios de cozinha – e por homens – o domínio de tecnologias associadas ao saber científico – como as máquinas de escrever.

Essa binariedade é apontada como uma necessidade de marcação de uma identidade que não pode ficar suspensa, mas em nenhum momento se faz um posicionamento em favor dessa suspensão. Reflexões acerca da presença de pessoas com identidades que extrapolam a lógica binária nos museus e nas universidades, por exemplo, é uma possibilidade de deslocamento desse campo neutro.

No fim da seção há um quadro em destaque intitulado “Bora refletir?”, que traz a questão para os dias atuais, mobilizando uma discussão sobre o hábito de furar as orelhas de bebês meninas: “Por que uma eventual dúvida sobre a identidade de gênero do bebê seria um problema?”.²⁹ É, sem dúvida, uma pergunta válida, mas que fica a cargo de quem lê o material, e porventura o desenvolve em algum contexto educativo, o que, no fim, isenta o museu de tomar um partido definido. É imperativo observar que em nenhum momento o material didático se colocou contra as identidades LGBTQIA+, mas é necessário observar também que nessa peça não há nenhuma indicação “a favor”. Ou, melhor dizendo, que problematize essas vivências e sua inserção na sociedade.

²⁸ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 12. Abordaremos essa seção mais à frente.

²⁹ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 3.

Como colocou Ulpiano Bezerra de Meneses,³⁰ uma das funções dos museus é o de desnaturalizar o passado e o presente por meio das referências culturais; é formar consciência histórica, que é “o entendimento de nossa responsabilidade como sujeitos da história”. Ao enquadrar os questionamentos sobre identidades para além da cis-heteronormatividade nos espaços de “Contraponto” nas exposições, que espaço sobra para elaborar contraposições para quem tem acesso somente ao material didático?

Não tomar partido é alimentar o silêncio que exclui socialmente os grupos LGBTQIA+ do cotidiano e, conseqüentemente, do processo histórico. O alijamento da agência dessas pessoas se dá no dia a dia nas limitações de ir e vir, de ser e estar; se dá no momento em que essas pessoas precisam pensar em modular comportamentos por questões de segurança pessoal, o que implica homens abdicarem de usar brincos em alguns contextos,³¹ por exemplo, questão mais do que recente e passível de ser abordada por meio do acervo do Museu do Ipiranga.

Postura corporal em anúncios publicitários

Nessa seção a atenção está em outras fontes documentais que sustentam a construção social do masculino e feminino, diretamente relacionados aos corpos biológicos do homem e da mulher cisgêneros, respectivamente. Nesse ponto, a publicação convida à observação de anúncios publicitários de ontem e de hoje:

É importante pontuar que os anúncios que difundiam a ideia de “mulher ideal” não contemplavam as mulheres de setores empobrecidos, de corpos distintos, de diversas origens étnicas e de profissões que exigiam uma rotina de trabalho fora do lar. A publicidade apresentava mulheres de pele clara, com traços finos e mãos delicadas. Procure observar anúncios

³⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os museus e as ambigüidades da memória: a memória traumática. In: Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina, 10., 2018, São Paulo. Conferência proferida em 18 jul. 2018.

³¹ CARVALHO, Bruno; VESPA, Talyta. Inquisição tricolor. Torcedores do São Paulo relatam violência e ameaças por usar brincos, alargadores de orelha ou camisetas rosas. *UOL Esporte*, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/43xa84b2>. Acesso em: 15 ago. 2023.

publicitários contemporâneos. Que produtos são destinados a homens e a mulheres? Há diferenças entre a representação de pessoas brancas, negras e de outras etnias?³²

Há novamente uma promoção do debate sobre a objetificação do corpo feminino, que deve ser adornado, pacificado e enquadrado, enfim, num ideal de feminilidade, cujo texto contextualiza outros marcadores sociais, como raça e classe. Contudo, é uma intenção que se aprofunda apenas para quem se interessa por tais temas. Além das observações feitas em nota anterior a respeito da baixa aderência do público às seções de “Contrapontos”, há a violência de gênero e sexual documentada em relatórios oficiais de agências independentes e do próprio Estado brasileiro.

Também é preciso considerar que mais da metade da população brasileira é contra o “feminismo”, mesmo sendo a favor da igualdade de gênero.³³ Nesse sentido, as imagens de “mulher ideal” – que o material didático procura problematizar por meio da análise de propagandas e da indicação da objetificação feminina – podem ser facilmente cooptadas como referenciais ilustrativos do que está sendo perdido, engrossando as abstrações que pregam que “antigamente era tudo melhor”. O pacto escritor-leitor está sujeito à abstração do leitor, apreensão que depende de sua bagagem cognitiva e cultural prévia. Desse modo, não há como garantir que as problematizações propostas no material se concretizarão.

Longe de uma perspectiva que desvaloriza a agência de quem utiliza o material, chamamos a atenção para o fato de que os públicos não são uma massa indistinta e que, portanto, não podem ser considerados como idealmente favoráveis à igualdade de gênero da forma que a instituição se mostra. Sobretudo se levarmos em conta a permanência de um ideal de feminilidade tomado como parâmetro de moralidade e pelo entendimento da homossexualidade e les-

³² ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 5.

³³ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, dez./2003; GOMES, Bianca. Apenas três em cada dez brasileiras se dizem feministas, mas apoio a pautas de gênero é maior. *O Globo*, 30 ago. 2022. *Online*. Disponível em: <https://tinyurl.com/2wvsn785>. Acesso em: 16 ago. 2023.

bianismo como patologias.³⁴ Não se trata, igualmente, de invalidar o conteúdo articulado no material didático, mas de evidenciar que o questionamento feito a partir da neutralidade pode se tornar uma pergunta retórica, e não um diálogo.



Figura 5. Anúncio utilizado na seção “Postura corporal em anúncios publicitários”.

Fonte: ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 4.

Ao tratar da diferença entre poltronas para homens - mais confortáveis, permitindo uma postura de descanso - e cadeiras para mulheres - projetadas para manter a postura ereta durante os trabalhos manuais -, formula-se alguns questionamentos. Por exemplo: “Que produtos são destinados a homens e a mulheres? Há diferenças entre a representação de pessoas brancas, negras e de outras etnias [nos anúncios]?”³⁵ Contudo, é possível ir além, perguntando, por exemplo, sobre as configurações diversas das famílias brasileiras, majoritariamente chefiadas por mulheres, e compostas cada vez mais por uniões homoafetivas e lésbicas.³⁶

³⁴ LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. *Veja*, 18 abr. 2016. *Online*. Disponível em: <https://tinyurl.com/hd9ahk6c>. Acesso em: 16 ago. 2023; FERNANDES, Flávia Carolina. Deputadas querem proibir “cura gay” como a oferecida pela igreja de André Valadão. *Fórum*, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycc9x2t4>. Acesso em: 16 ago. 2023.

³⁵ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 5.

³⁶ BUONO, Renata *et al.* A nova família brasileira. *Piauí*, 3 abr. 2023. Seção Igualdades. *Online*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/nova-familia-brasileira/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

Ao invés de reforçar a construção da binariedade a cada seção, por que não trazer a “poltrona do papai”³⁷ transgênero que gestou sua própria criança como pergunta disparadora? Há de se considerar que os museus são instituições que historicamente validam narrativas a partir da formação e da comunicação de suas coleções. Dessa forma, também se configuram como um importante espaço de guarda, documentação e comunicação da memória LGBTQUIA+.

Espaços da casa: a mulher e a sala de visitas

Essa seção tem como ponto de partida a sala de visita dos palacetes, tradicional moradia da classe média/alta paulistana em fins no século XIX, cenário de origem de parcela expressiva do acervo do Museu do Ipiranga – uma característica que é problematizada em outras exposições da instituição. A discussão sobre o lugar da mulher e da representação da feminilidade no ambiente doméstico aqui assume que ornamentos florais usados na decoração remetem ao universo feminino, presentes em vasos, cortinas, vestidos e em toda sorte de objetos que marcariam a centralidade da mulher no espaço doméstico. Mais uma vez, quem opera na lógica da binariedade pode ter seus ideais cisgênero reforçados ao ler superficialmente o excerto abaixo:

A integração do corpo feminino com os objetos domésticos não diz respeito somente a itens retoricamente femininos, mas está presente de forma difusa por toda a casa. Essa ação irradiadora, que cobre cada objeto da casa com um “véu de feminilidade”, atinge a engrenagem doméstica, inclusive seus empregados, seus ritos sociais, familiares e o seu próprio corpo.³⁸

Se faz necessário, então, jogar com as expectativas dos públicos, subvertendo-as, sempre que possível. Júlia Anversa estudou as representações da marquesa de Santos no Solar da Marquesa,³⁹ em

³⁷ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*

³⁸ *Ibid.*, p. 7.

³⁹ ANVERSA, Júlia Savaglia. Gênero e patrimônio: o Solar da Marquesa de Santos e a memória de Domitila. 2020. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

São Paulo, constatando que, mesmo com apenas um objeto associado diretamente à Domitila de Castro Canto e Melo, uma banheira de mármore, sua memória é sempre relacionada com a figura de d. Pedro I. Sua relevância política e social é neutralizada em função de sua sexualização, uma personificação que se perde em função de um ideal de papel feminino exercido em função do masculino, e a maioria das pessoas não vê nenhum problema nisso.

A autora indica que as representações sociais comportam uma sexualidade latente, viril para os homens e passiva e afetuosa para as mulheres. Quando mulheres expressam sua sexualidade pela lascívia ou sedução, elas têm seu poder neutralizado pela matriz cis-heteronormativa, pois essa sexualidade existe apenas em função do homem, sendo, portanto, subordinado a ele. Por ser a sexualidade uma construção histórica, uma vez que é atravessada pela cultura, é curiosa a ausência dessa abordagem das relações de gênero no material didático e até mesmo na exposição em si.

Discutir sexualidade como uma categoria que atravessa as identidades de gênero é imprescindível para a compreensão da subalternização do corpo da mulher cisgênero que tem seu desejo sequestrado em razão de sua função reprodutora, por exemplo. E é igualmente importante para a discussão da reificação de corpos abjetos,⁴⁰ como os transgêneros e não binários, principais alvos da violência LGBTQIA+fóbica. Discutir sexualidade não se resume a discussões sobre práticas sexuais, mas, antes, refere-se ao reconhecimento da sexualidade como uma forma de expressão construída socialmente, histórica, portanto, capaz de gerar relações de identificação e solidariedade que marcam o corpo como território político.

Espaços da casa: o homem e o escritório

O olhar para o escritório como ambiente essencialmente masculino é a abordagem dessa seção, que interpreta esse espaço a partir de ornamentos, cores e objetos que o compõem. Ao elencar os objetos do escritório e seus usos – máquinas de escrever e de

⁴⁰ BUTLER, *op. cit.*

calcular, calendário, instrumentos de desenho técnico, entre outros -, o texto apresenta o escritório como um ambiente doméstico que conecta o ambiente privado da casa, representado como o lugar de atuação social da mulher, ao ambiente público, lugar de trabalho e sociabilidade do homem.

Na seção seguinte, intitulada “Trabalho manual e cuidado no espaço doméstico”, explica-se:

Todos os espaços da casa deveriam receber uma atenção especial em sua ornamentação. Observe os adornos que estão dispostos nas cadeiras do escritório. Eles são trabalhos manuais produzidos em crochê. Note também o tipo de toalha que cobre a mesa. Há um bordado nela. Uma maneira comum de ornamentar a casa era por meio da cobertura dos móveis com trabalhos manuais em tecido e linha, confeccionados por mulheres. Com eles se atestava a presença cuidadosa da dona da casa.⁴¹

Essa leitura parte da premissa de uma família cis-heteronormativa, na qual a mulher, esposa, é a “dona da casa” e responsável por seu adorno. Mas como explicar o “véu de feminilidade”⁴² em uma casa sem mulheres?



Figura 6. Fotografia do escritório de Mário de Andrade.

Foto: Germano Graeser/Acervo IPHAN. Fonte: Site da Casa de Mário de Andrade. Disponível em: <https://tinyurl.com/3nuhnpru>. Acesso em: 16 ago. 2023.

⁴¹ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 10.

⁴² *Ibid.*, p. 7.

Após mais de trinta anos de guarda documental, em 2015, a Casa de Rui Barbosa abriu uma consulta pública sobre uma carta de Mario de Andrade, datada de 1928, em que ele discutia sua homossexualidade com Manuel Bandeira. A ação precisou de determinação da Controladoria Geral da União para acontecer.⁴³ Essa forma de publicização abre um leque de discussões tanto sobre os direitos à privacidade quanto sobre os direitos de acesso a uma documentação pública, o que não cabe aqui. O que se destaca nesse processo é a permanência da homossexualidade como uma característica capaz de macular uma memória tida por exemplar e que deve, portanto, ser mantida em segredo.⁴⁴

Uma vez que está dada, trata-se de uma informação capaz de trabalhar para além da representatividade; pode ser o motor de propostas de transformação da realidade que reprimiu a homossexualidade do intelectual e a manteve como questão subjetiva, restrita apenas à esfera do privado. Dentro do contexto aqui analisado, a partir do reconhecimento dessa vivência clandestina, podemos contestar a matriz cis-heteronormativa como ideologia dominante para observar o escritório de Andrade e reconhecer objetos tidos por masculinos – como estante de livros e máquina de escrever – e femininos – oratório, caminho de mesa rendado, objetos de cerâmica decorados com flores –, e não conseguir enquadrar de todo esses marcadores em um papel de gênero unísono.

Andrade nunca se casou. Então, a presença feminina veio de familiares? De empregadas domésticas que tinham liberdade para decorar uma casa que não lhes pertencia? Seja qual for a resposta, as perguntas direcionadas para esse cenário têm o poder de desautomatizar a leitura binária das relações de gênero e trazer a sexualidade como categoria social incontornável nessa construção. Junto do reconhecimento, é necessário produzir outras interpretações sociais que, sob uma perspectiva *queer*, comportam a transitoriedade e a imprecisão como componentes das categorias de gênero

⁴³ BORTOLOTTI, Marcelo. Pressionada por ministro, Casa de Rui Barbosa vai liberar carta de Mário de Andrade. *Época*, 15 jun. 2015. *Online*. Disponível em: <https://tinyurl.com/mwp36wsu>. Acesso em: 16 ago. 2023.

⁴⁴ TREVISAN, *op. cit.*

e sexualidade. Assim, elas têm seu caráter político de existência e resistência acentuados e são capazes de mobilizar a transformação radical das estruturas de opressão cis-heteronormativas.

Trabalho manual e cuidado no espaço doméstico

De forma geral, o trabalho manual executado pelas mulheres é evidenciado no texto como determinante para alterar a composição visual da casa, tarefa que indica sua presença em todos os cômodos.

Peças em renda e crochê usadas para cobrir mesas, cadeiras, copos, caixas, abajures são feitas ou adquiridas por mulheres e servem para decorar e camuflar a função dos objetos, como no caso da cobertura para telefone, ou o trabalho feminino, como no caso das mesas e caixas de costura. As mulheres aprendiam a bordar, a costurar e a criar objetos decorativos em escolas, em casa com outras mulheres, em cursos voltados exclusivamente para estas práticas e por meio de revistas femininas.⁴⁵

Contudo, seja a partir dos móveis utilizados para executar essas funções ou por meio dos itens decorativos que compõem os ambientes domésticos, o trabalho manual é descrito como passatempo, desvalorizado a partir da perspectiva de produção artística. Aqui aparece outra falsa oposição entre arte e artesanato, este segundo aparecendo como um exercício feminino, para preencher o tempo das donas de casa de classe média e para complementar a renda das mulheres pobres.

Os trabalhos manuais das mulheres de classe média perdem seu valor de técnica manual, e o árduo trabalho de confeccionar peças para decoração da casa é desintelectualizado. Para as mulheres pobres, o valor do trabalho é evocado, mas não se considera associar os trabalhos manuais a formas de expressão artística, porque eles têm sempre um objetivo funcional, operação automatizada de reprodução do senso estético de classes sociais abastadas:

⁴⁵ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 9.

A técnica do crochê permitiu que famílias dos estratos médios ou mesmo pobres decorassem suas casas por meio de um sistema de coberturas, que cumpriam uma função semelhante à das louças e móveis refinados e bem-acabados, ausentes nessas residências. Estes itens indicam que valores da elite eram referência para camadas médias e até populares.⁴⁶

É uma interpretação que condiz com o ideal de mulher cis-gênero como dona de casa produtiva, segundo o modelo fordista - seriado, cadenciado, ininterrupto -, mas que esmaece a compreensão das dinâmicas de apropriação cultural que não são verticalizadas como o texto pode dar a entender. Essa verticalização aparece também na discussão sobre a emulação do trabalho artesanal pela indústria, imitação que é interpretada como “estratégia de mercado” eficaz em “difundir os repertórios atribuídos ao gênero feminino ao longo do tempo e em diferentes grupos sociais”.⁴⁷

Embora seja inegável a associação do universo feminino aos trabalhos manuais como crochê, rendado, bordado e ponto cruz, os trabalhos manuais - o artesanato - é também, e principalmente, associado a construções simbólicas de um passado idílico, no qual tanto mulheres quanto homens produziam a mão seus utensílios e alimentos. Já na segunda metade do século XIX, o movimento inglês arts & crafts defendeu a incorporação de adornos a produtos industrializados como forma de aproximar a arte do cotidiano, e que não necessariamente ligava os motivos decorativos florais com o universo feminino.

Por fim, o quadro de diálogo é acionado novamente para apresentar uma das profissões que compõem a equipe do museu, a de conservadora-restauradora. O quadro explica que todas as peças expostas passam por avaliação das conservadoras-restauradoras do museu que fazem o “trabalho de limpeza e diagnóstico de seu estado de conservação”.⁴⁸ Embora o campo da conservação e restauro trabalhe com bases científicas da Física, Química e Biologia, a descrição das atividades conversa com o universo dos trabalhos

⁴⁶ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ *Ibid.*

manuais e remete às características estereotipicamente femininas: limpeza, observação/contemplação, paciência (execução de um trabalho “metuculoso”) e cautela (“intervenção mínima”).

Ainda assim, a partir dos detalhes sobre o estado de conservação da peça, é possível comunicar algumas práticas museológicas que, inclusive, dialogam com outro eixo expositivo curatorial na exposição – “Catalogar, conservar, coletar, comunicar” – que aborda um pouco mais as ciências da conservação. O quadro poderia ter referenciado essa exposição ou até ter aproveitado a temática do próprio livreto para abordar as questões de gênero da profissão que, não raro, é desvalorizada por estar associada a um trabalho artesanal.

Moradias populares

Nesse tópico são apontadas similaridades entre as casas populares e os palacetes, sendo estes últimos objeto de estudo do museu e cenário de origem da maioria das peças presentes no acervo da instituição. Apesar das distâncias socioeconômicas entre ambas moradias, o ornamento associado ao feminino é uma constante e um ponto de encontro.



Figura 7. Marcações na fotografia: interior de moradia popular.
Autor desconhecido, sem data. Acervo do Museu da Cidade de São Paulo.
Fonte: ARRUDA et al., *op. cit.*, p. 12.

A identificação de determinados objetos tem uma significação direta, como, por exemplo, a associação da lata de goiabada com o “consumo intenso de alimentos industrialmente processados”.⁴⁹ Nesse caso específico, o que essa informação nos diz? Por que ela foi mencionada, mas não desenvolvida? Não caberia a informação de que pessoas de baixa renda consomem mais alimentos processados porque eles são mais baratos? Ou, ainda, porque alguns são mais práticos e necessários para uma rotina que não comporta tempo de comprar e cozinhar o próprio alimento? A lata de goiabada não poderia estar associada com um desejo de quem mora naquela casa de ter um momento de prazer desfrutando de um doce? Até mesmo a própria industrialização de um doce tipicamente brasileiro não poderia ser instigada?

Tendo em mente que o Brasil voltou ao mapa da fome⁵⁰ e que somente com a pandemia de covid-19 uma parcela da população se atentou finalmente para a questão da vulnerabilidade social, não é pertinente colocar como central as condições materiais que implicam o consumo excessivo de alimentos industrializados por pessoas mais pobres? Um problema que é mundial⁵¹ e diretamente relacionado à desigualdade de distribuição de renda?

Outra comparação é a ausência de sala de estar em um casebre, no que é apontado que não acontece em um palacete, que tem cômodos bem definidos de acordo com as necessidades – reais e construídas – de seus habitantes, como sala de estar, sala de costura, escritório, quartos etc. A ausência de uma sala de visitas é justificada pela ausência de funcionalidade desse cômodo para pessoas de baixa renda, ainda que se aponte para o fato de as “espacialidades das casas variarem de acordo com as condições e interesses de cada grupo social”.⁵² É curioso apontar a funcionalidade

⁴⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁵⁰ FOME no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. Site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/48vd998z>. Acesso em: 17 ago. 2023.

⁵¹ AUMENTO da pobreza impulsiona consumo de alimentos ultraprocessados. Site do IDEC Brasil, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/ms6jw4ru>. Acesso em: 17 ago. 2023.

⁵² ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 12.

dade como condicionante para a construção de cômodos, mas não a associar com o consumo de alimentos, por exemplo.

Da mesma forma, uma moradia sem uma sala de visitas, com cômodos pequenos e construída com materiais mais acessíveis não poderia estar relacionada com as limitações financeiras de quem a constrói? Será que haveria uma justificativa funcional para uma sala de estar se a pessoa que mora naquele casebre tivesse mais tempo de lazer? Se tivesse a oportunidade de ter uma moradia digna próxima ao seu local de trabalho? Se a especulação imobiliária não gentrificasse as áreas centrais e expulsasse a população mais pobre para as periferias? Enfim, a quantidade de perguntas é imensa.

Entre as observações feitas a partir da fotografia da casa, a mais emblemática para esse texto está na sugestão de que naquele espaço vivia uma mulher, uma vez que havia sapatos de salto e uma bolsa em um dos cômodos. É uma suposição que, novamente, parte de uma epistemologia cis-heteronormativa para decodificar o mundo e que precisa ser desconstruída não só pela ação voluntarista e pelo desejo de inclusão, mas pela incorporação de políticas contra a LGBTQIA+fobia; formação dos quadros internos em direitos humanos, sensibilizações, incorporação de quadros mais diversos, desenvolvimento de ações educativas com as comunidades LGBTQIA+ presentes no entorno do museu, enfim. As possibilidades são múltiplas, mas precisam de condições estruturais – orçamento, tempo e quadro funcional suficiente – que viabilize esse tipo de abertura.

A cozinha e as mulheres

“Um dos espaços da casa em que o trabalho feminino é mais importante é a cozinha”.⁵³ Essa frase abre a seção que conta um pouco sobre as mudanças arquitetônicas feitas nas cozinhas das casas brasileiras. Antes em áreas externas, as cozinhas passaram a ser construídas dentro das casas e administradas por princípios sanitários – mudança ligada à medicalização do cotidiano no começo do século XX a partir dos saberes de médicos sanitaristas,

⁵³ ARRUDA *et al.*, *op. cit.*, p. 13.

higienistas, arquitetos, engenheiros e urbanistas. Apesar dessas mudanças, a constante é a presença de mulheres nesse espaço, sejam elas trabalhadoras, sejam elas as patroas que comandam o trabalho doméstico.

No lado direito há um anúncio de 1923 da antiga Mappin Store, intitulado “Vista suas criadas com distincção [sic]”, que pode ser um documento disparador para desenvolver a problemática das relações de trabalho nos espaços domésticos, o que é proposto na página seguinte. Esse anúncio é comparado a outro, datado de 1918, que vende aventais adornados para donas de casa da classe média. As diferentes posições sociais são problematizadas a partir da presença ou falta de adornos e, principalmente, sobre a obrigatoriedade do uso, pois, no primeiro anúncio, os aventais eram uniformes, marcadores do “lugar de subordinação”.⁵⁴

A partir dessas diferenças, e com o auxílio de um episódio da série em quadrinhos “Os Santos”, de Leandro Assis e – embora não seja indicado no material – Triscila Oliveira, o trabalho doméstico é discutido mais detidamente. No texto, indica-se a herança escravocrata presente nessa atividade que, ainda hoje, enfrenta dificuldades de regulamentação trabalhista e que tem um expressivo contingente de trabalhadoras formado por mulheres negras. A análise do episódio em quadrinhos complementa as observações feitas sobre os anúncios de uniformes e o trabalho doméstico, e constitui um bom exemplo que relaciona o acervo do museu com produções culturais externas a ele, pois elabora questões diretamente relacionadas à materialidade das desigualdades.

Tecnologias e saberes da cozinha

A partir da análise de alguns eletrodomésticos, essa seção se detém sobre a questão do trabalho nas cozinhas. São feitas perguntas disparadoras que ajudam a desconstruir a ideia de desenvolvimento histórico progressivo e que sinalizam a coexistência de diferentes tempos tecnológicos em um mesmo período. Nessa seção,

⁵⁴ *Ibidem*, p. 14.

endossa o lugar da mulher como executora desse esforço. Pode, igualmente, ser um disparador para a discussão da colonização dos corpos cisfemininos e para a potencial apropriação e subversão das tecnologias normativas para a elaboração de novas performances de gênero, expressas em dinâmicas sociais horizontalizadas.⁵⁵

Considerações finais

Não questionamos a qualidade do material didático analisado e, sim, procuramos demonstrar a permanência de uma chave de pensamento e decodificação do mundo fundada na matriz cis-heteronormativa que, entre outros fatores, é mantida também pela estrutura institucional que comporta os museus como lugares de entender o passado, mas não como o de experiência de novas possibilidades de presente e futuro.

A abordagem dos objetos no livreto é produto de uma consistente e incontornável produção acadêmica que congrega a abordagem da cultura material com os estudos das relações de gênero, nicho que tem força no Museu do Ipiranga desde os anos 1990 e se tornou um dos eixos de trabalho da instituição. Carrega, portanto, as marcas das disputas internas e externas relacionadas ao tema e também marcas históricas de sua teoria que, aos poucos, se abre às novas abordagens de identidades de gênero e sexuais.

Não encontramos no material educativo *Casas e coisas* referências que extrapolem a perspectiva binária cis-heteronormativa, de forma que as pessoas que se reconhecem a partir das perspectivas de gênero LGBTQIA+ não estão presentes nesse material. Suprir essa falta é necessário para atender o direito à memória dessas pessoas e incluí-las nos processos históricos estudados pelo museu. Para tanto, a incorporação da teoria *queer* se mostra pertinente não somente para explicar a diferença – o que já é feito pelas teorias feministas, considerando a abordagem dos papéis de gênero cis-normativos aqui tratados. É pertinente sobretudo porque tem como

⁵⁵ PRECIADO, Paul. B. *Prótese, mon amour*. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 12, p. 506-514, 2020. DOI: 10.9771/peri.v1i12.32451. Acesso em: 17 ago. 2023.

cerne a indefinição como contrapartida à binariedade dos gêneros e da sexualidade. Trabalhar a partir do desarranjo acentua a artificialidade das categorias binárias impostas e põe a transitoriedade e a dissidência como possibilidade de existência e expressão. Principalmente, a teoria *queer* articula as identidades dissidentes para além da expressão e compreensão do que é ser diferente em um sistema normativo. Ela nos incita a transformar o sistema normativo que nos classificou como diferente.

As “novas” identidades de gênero e sexualidade não são novas. À despeito das novas definições, novas “letras numa sigla interminável”, sempre existiram em nossa sociedade, mas eram definidas de formas depreciativas, veladas ou simplesmente eram ignoradas. A construção histórica dos papéis de gênero passa pelo estudo da cultura material como suporte dessas identidades, e o texto do livreto se comunica com pessoas que supostamente têm o entendimento de que gênero e sexualidade não são inatos. Somente a partir dessa suposição é que a própria centralidade da cis-heteronormatividade no material pode ser relativizada e tida como o objeto analisado por meio dos objetos e, portanto, se relacionar facilmente com outras *performances* para além das referenciadas. Porém, em muitas passagens, ela não é objeto de desconstrução, mas matriz de pensamento de onde se decodifica o mundo analisado.

A matriz cis-heteronormativa é o mar onde estamos imersos e que se tornou nosso *habitat* natural artificial. É sintomático que ao dizermos “chapéu-sapato-cigarro” surja imediatamente para a maioria das pessoas a imagem mental de um homem, um pai (hétero), um provedor, enfim. É a mesma associação feita ao se subentender uma presença feminina ao ver sapatos de salto e uma bolsa, como observamos. É essa automatização que o estudo dos objetos pretende questionar, mas é uma indagação feita ainda em imersão.

Ainda que não seja nosso objetivo analisar o espaço expositivo, as seções “Contraponto” ilustram o que tentamos ressaltar neste texto. Contrapontos são ideias opostas a uma principal, e assim é com as vivências trans, travestis, homo, lésbicas e tantas outras que ainda são comumente vistas como desvios à norma, resistências à norma, marginais à norma etc. O que procuramos ressaltar neste

texto é a possibilidade de destituir a centralidade do “principal” e partir de matrizes flutuantes, ou não matrizes, por assim dizer.⁵⁶

As seções que falam sobre trabalho na cozinha e eletrodomésticos aproximam as tratativas dos objetos da abordagem estrutural da opressão ao abordar a permanência de relações escravagistas e raciais no trabalho doméstico atual. Movimento que poderia ter sido feito também em outras seções, como apontamos anteriormente. De forma geral, as imagens mobilizadas no material educativo Casas e coisas podem ser trabalhadas em contextos educativos para elaborar algumas das questões feitas aqui a respeito das identidades LGBTQIA+ somente se esse for o objetivo de quem o utiliza. Em nenhum momento nos foi indicada alguma referência à parte sobre identidades trans e não binárias, o que representa um reforço da orientação cis-heteronormativa de seu conteúdo, por exemplo.

Nos últimos anos acompanhamos manifestações de homens históricos⁵⁷ que gritam sobre o fim da família e contra a doutrinação de crianças. Eles o fazem pelo reconhecimento da fragilidade de suas posições e por isso usam de toda a força que têm para mantê-las. Hoje a proliferação de definições, de identidades, vocábulos, etc., são transformações em curso desde o século XX, e que hoje estão em um momento crítico. As identidades transgênero e não binárias foram em parte absorvidas pela indústria cultural e convertidas em itens de consumo – um sintoma da reificação das subjetividades, mas igualmente da crescente permeabilidade da sociedade a essas vivências e experiências, o que não pode ser de todo desconsiderado.

⁵⁶ Ver: BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Devires, 2021; PRECIADO, Paul. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. São Paulo: Zahar, 2020; PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: Zahar, 2022; e WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. São Paulo: Autêntica, 2022.

⁵⁷ Embora as identidades “fora da norma” estejam desde muito sob escrutínio da medicina, tendo a histeria da mulher uma atenção especial (BENTO, *op. cit.*; CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 121-144, ago./set. 1989; PRECIADO, *Um apartamento em Urano, op. cit.*; e PRECIADO, *Manifesto contrassexual, op. cit.*), ainda carecemos de estudos científicos a respeito da histeria masculinista.

Mas essa permeabilidade não significa aceitação e respeito, necessariamente, e são esses pontos que podem e devem ser desenvolvidos dentro dos museus. As “brechas de negociação”, geralmente mencionadas quando se fala da vivência de grupos dissidentes, precisam se transformar em pontos que abalam a estrutura normativa até que esta seja destruída por completo. E acenar com a possibilidade de mudança não é o mesmo que construir caminhos para ela.

A masculinização e sua ligação direta com o nazi-fascismo é um tema vasto e pouco enfatizado e essa abordagem é uma das possibilidades de exemplificação das consequências sociais da binariedade cis-heteronormativa. “Tradição, família e propriedade” constituem uma pauta do regime civil-militar que foi resgatada na última década e que aparece como remédio à “ideologia de gênero”. A tentativa de manutenção e reestruturação do que foi perdido não se faz apenas pelos apelos histriônicos, sobretudo se dá na violência crescente contra pessoas não heterossexuais, trans e não binárias, e contra mulheres, bem como no entendimento do exercício dessa violência enquanto um direito.

O recrudescimento contra os direitos na última gestão federal (2019-2022) foi a intensificação de um processo em curso desde o golpe de 2016, mas que é também produto de um conservadorismo que está incrustado em nossa história nacional. A isenção, a neutralidade como forma de legitimação de um discurso científico, ou a pacificação, não têm mais lugar nesse contexto.

Mayra Carvalho Ferreira de França | Bacharela em História e mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo. Professora de História da rede municipal de São Paulo. E-mail: mayracarvalhofranca@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0004-2772-5463>.

Siele Cristine Barbosa | Museóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: barbosasiele@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0009-8758-4443>.

<< Voltar ao início